



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº 23243.013345/2022-90
DOCUMENTO SEI Nº 1763437

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº 23243.013345/2022-90
DOCUMENTO SEI Nº 1759472

Referência:
Comissão
Permanente de
Modelos de
Licitações e
Contratos Admin
da
Consultoria-
Geral da União

Termo de
Referência -
Modelo para
Pregão
Eletrônico:
Serviços contínuo
sem dedicação
exclusiva de
mão-de-obra
Atualização:
Julho/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

IFRO-REITORIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de **seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota da Reitoria e dos campi do Instituto Federal de Rondônia**, mediante **SEGURADORA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	CATSER	Descrição	Unid.	Quant.	Valor U
01	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX SW4 4X4 3.0. PLACA OHO2438. ANO 2012	Serviço	01	R\$ 3.80
02	22764	Seguro anual do veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0. PLACA NBB8571. ANO 2010	Serviço	01	R\$ 2.50
03	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L. PLACA NDN6477. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 4.50
04	22764	Seguro anual do veículo NISSAM/FRONTIER S 4X4. PLACA NDQ7387. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 4.50
05	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NDN5798. ANO 2012	Serviço	01	R\$ 2.50
06	22764	Seguro anual do veículo NISSAM/FRONTIER S 4X4. PLACA NDQ7307 ANO 2013	Serviço	01	R\$ 4.50
07	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ/ATEGO 1725. PLACA JJI1469. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 6.50
08	22764	Seguro anual do veículo VOLVO/COMIL CAMPIONE R. PLACA NCF7663. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 7.63
09	22764	Seguro anual do veículo MITSUBISHI/L200 TRITON 3.2 D. PLACA NCV7348. ANO 2012	Serviço	01	R\$ 4.50
10	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NCY8584. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 2.50
11	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NCY8754. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 2.50
12	22764	Seguro anual do veículo MARCOPOLO/VOLARE W8 ONIBUS. PLACA OHR2340. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 7.20
13	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX 4X4 3.0 TDI. PLACA NDK8846. ANO 2014	Serviço	01	R\$ 4.50
14	22764	Seguro anual do veículo FIAT/PUNTO ATTRACTIVE. PLACA NCJ1427. ANOS 2013	Serviço	01	R\$ 2.50
15	22764	Seguro anual do veículo VOLVO/MARCOPOLO VOLARE W6 ONIBUS. PLACA NDB4242. ANO 2007	Serviço	01	R\$ 6.90

16	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW1192. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 2.50
17	22764	Seguro anual do veículo VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX. PLACA NCJ0748. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 2.50
18	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX 4X4 2.5. PLACA NCH4948. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
19	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX 4X4 2.5. PLACA NCI2311. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
20	22764	Seguro anual do veículo ÔNIBUS COMIL VERSATILI. PLACA NDF8107. ANO 2010	Serviço	01	R\$ 5.52
21	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L. PLACA OHR2156. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 4.50
22	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX SR [C .Dup) 4X2 3.0 OTB-IC. PLACA NDZ7568. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
23	22764	Seguro anual do veículo FORD/RANGER XL 3.0 4X4. PLACA HLI4597. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 4.50
24	22764	Seguro anual do veículo VOLKSWAGEN/GOL 1.6MI FLEX. PLACA NCJ0688. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 2.50
25	22764	Seguro anual do veículo MITSUBISHI/L200 GL 2.5 4X4. PLACA NDQ1179. ANO 2008	Serviço	01	R\$ 4.50
26	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS. PLACA NEA6734. ANO 2008	Serviço	01	R\$ 5.19
27	22764	Seguro anual do veículo MARCOPOLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9. PLACA NED0764. ANO 2009	Serviço	01	R\$ 6.80
28	22764	Seguro anual do veículo FORD/CARGO 1317 E 4X2 TURBO. PLACA OHW6820. ANO 2011	Serviço	01	R\$ 7.50
29	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.4. PLACA NCJ2461. ANO 2010	Serviço	01	R\$ 4.50
30	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW2742. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 2.50
31	22764	Seguro anual do veículo FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW2752. ANO 2013	Serviço	01	R\$ 2.50
32	22764	Seguro anual do veículo VOLVO/ÔNIBUS MAXBUS LINCE. PLACA NCA6393. ANO 2012	Serviço	01	R\$ 5.27
33	22764	Seguro anual do veículo FIAT/SIENA HLX 1.8 PLACA NBB8521 ANO 2010	Serviço	01	R\$ 2.50
34	22764	Seguro anual do veículo VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX PLACA NCJ0668 ANO 2009	Serviço	01	R\$ 2.50
35	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX 4X4 2.5TB PLACA NCH4918 ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
36	22764	Seguro anual do veículo VOLKSWAGEN/MASCARELO ROMA PLACA NBQ9364 ANO 2011	Serviço	01	R\$ 5.65
37	22764	Seguro anual do veículo MARCOPOLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9 PLACA NDI9765 ANO 2014	Serviço	01	R\$ 7.50
38	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ-BENZ/CAMINHÃO 914 PLACA NBE7099 ANO 1995	Serviço	01	R\$ 4.60
39	22764	Seguro anual do veículo VOSKSWAGEN/AMAROK CD 4X4 PLACA NDM8656 ANO 2014	Serviço	01	R\$ 5.50
40	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX CS 4X4 PLACA NDV5175 ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
41	22764	Seguro anual do veículo MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS SRD PLACA NED2073 ANO 2008	Serviço	01	R\$ 5.39
42	22764	Seguro anual do veículo CHEVROLET/ZAFIRA 2.0 16V FLEX PLACA NED7703 ANO 2009	Serviço	01	R\$ 3.10
43	22764	Seguro anual do veículo TOYOTA/HILUX CD 4X4 PLACA NEF2189 ANO 2009	Serviço	01	R\$ 4.50
44	22764	Seguro anual do veículo MARCOPOLO/VOLARE V8 30L PLACA OHT4847 ANO 2014	Serviço	01	R\$ 7.50
45	22764	Seguro anual do veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0 PLACA ONH6567 ANO 2013	Serviço	01	R\$ 2.50
46	22764	Seguro anual do veículo CHEVROLET/BLAZER DLX 2.8 4X4 PLACA NCM ANO 2001	Serviço	01	R\$ 3.10
		Total			

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, cadastrado no sistema.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. A execução dos serviços de seguro veicular deverá atender às seguintes condições mínimas:
- 5.1.1.1. Veículo casco:
- I - 100% da tabela FIPE;
 - II - Colisão, incêndio, roubo e furto;
 - III - Danos a vidros e retrovisores, lanternas e faróis;
- 5.1.1.2. Responsabilidade civil de terceiros:
- I - Danos corporais: R\$ 100.000,00;
 - II - Danos materiais: R\$ 100.000,00;
 - III - Indenizações por morte de passageiro: R\$ 10.000,00;
 - IV - Indenizações por invalidez permanente de passageiro: R\$ 10.000,00;
 - V - Indenizações por despesas médicas e hospitalares de passageiro: R\$ 10.000,00
- 5.1.1.3. Vidros/ Faróis/ Lanternas/ Retrovisores: Corresponde à indenização sobre o reparo ou troca dos vidros (para-brisa, laterais e traseiros), faróis, lanternas e retrovisores do veículo segurado em caso de sinistro com estes itens.
- I - Não será cobrada franquia para a prestação dos serviços abrangidos por esse item.
- 5.1.1.4. Assistência 24h em caso de sinistro em todo o território nacional aos veículos segurados e seus ocupantes, inclusive:
- I - Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado, não excedendo o prazo de 02 (duas) horas para sinistros que ocorrerem em perímetro urbano e quatro horas para quando o sinistro ocorrer onde a distância de uma cidade ultrapassar 200 km;
 - II - O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.
 - III - Permanecer como única e total responsável perante o IFRO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido;
 - IV - Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - V - Fornecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do início da vigência, cartão individual para cada veículo assegurado referente à apólice de seguro, objetivando um contato imediato com a seguradora em caso de sinistro;
 - VI - Indicar a representação ou corretora tecnicamente qualificada, bem como nome para contato, telefones, e-mail, e outros recursos para contatos, os quais serão os responsáveis durante toda a vigência do contrato de seguro, para atendimento da instituição;
 - VII - Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita para comunicação com a Contratante em casos de acidentes, entregando para cada veículo cartão com as referidas informações;
 - VIII - Socorro mecânico emergencial no local do acidente;
 - IX - Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado, com quilometragem ilimitada;
 - X - Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado;
 - XI - Serviço de chaveiro;
 - XII - Troca de pneus;
 - XIII - Envio de combustível;
 - XIV - Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.
- 5.1.1.5. Para cobertura das modalidades descritas nos itens 5.1.1.2, 5.1.1.3, 5.1.1.4 não há pagamento de franquia.
- 5.1.2. Os veículos do IFRO que não fazem parte documento SEI nº 1720098, poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.
- 5.1.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pelo IFRO, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 5.1.4. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- 5.2. DA APÓLICE:
- 5.2.1. A emissão deverá resultar em UMA ÚNICA APÓLICE, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE;
- 5.2.2. Deverá constar na apólice:
- I - Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
 - II - Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
 - III - Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado.
 - IV - Prêmios discriminados por cobertura.
- 5.2.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.
- 5.2.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- 5.2.5. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.
- 5.2.6. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo IFRO.
- 5.2.7. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.
- 5.2.8. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 5.2.9. Após procedimento de recuperação do veículo, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 5.2.10. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 5.3. DAS FRANQUIAS
- 5.3.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

5.3.2. Os valores das franquias deverão constar da proposta final, e de acordo com pesquisas de mercado, para cada veículo da frota serão admitidos os valores máximos aceitáveis conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
1	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX SW4 4X4 3.0. PLACA OHO2438. ANO 2012.	Serviço	1
2	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0. PLACA NBB8571. ANO 2010.	Serviço	1
3	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L. PLACA NDN6477. ANO 2013.	Serviço	1
4	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - NISSAM/FONTIER S 4X4. PLACA NDQ7387. ANO 2013.	Serviço	1
5	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NDN5798. ANO 2012	Serviço	1
6	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - NISSAM/FONTIER S 4X4. PLACA NDQ7307 ANO 2013.	Serviço	1
7	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ/ATEGO 1725. PLACA JLL1469. ANO 2011.	Serviço	1
8	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLVO/COMIL CAMPIONE R. PLACA NCF7663. ANO 2013.	Serviço	1
9	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MITSUBISHI/L200 TRITON 3.2 D. PLACA NCV7348. ANO 2012.	Serviço	1
10	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NCY8584. ANO 2011.	Serviço	1
11	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NCY8754. ANO 2011.	Serviço	1
12	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MARCOPOLLO/VOLARE W8 ONIBUS. PLACA OHR2340. ANO 2011.	Serviço	1
13	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX 4X4 3.0 TDI. PLACA NDK8846. ANO 2014.	Serviço	1
14	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FIAT/PUNTO ATTRACTIVE. PLACA NCJ1427. ANOS 2013.	Serviço	1
15	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLVO/MARCOPOLLO VOLARE W6 ONIBUS. PLACA NDB4242. ANO 2007.	Serviço	1
16	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW1192. ANO 2013.	Serviço	1

17	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX. PLACA NCJ0748. ANO 2009.	Serviço	1
18	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX 4X4 2.5. PLACA NCH4948. ANO 2009.	Serviço	1
19	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX 4X4 2.5. PLACA NCI2311. ANO 2009.	Serviço	1
20	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - ÔNIBUS COMIL VERSATILI. PLACA NDF8107. ANO 2010	Serviço	1
21	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L. PLACA OHR2156. ANO 2013	Serviço	1
22	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX SR [C .Dup) 4X2 3.0 OTB-IC. PLACA NDZ7568. ANO 2009.	Serviço	1
23	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/RANGER XL 3.0 4X4. PLACA HLI4597. ANO 2011	Serviço	1
24	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLKSWAGEN/GOL 1.6MI FLEX. PLACA NCJ0688. ANO 2009.	Serviço	1
25	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MITSUBISHI/L200 GL 2.5 4X4. PLACA NDQ1179. ANO 2008.	Serviço	1
26	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS. PLACA NEA6734. ANO 2008.	Serviço	1
27	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MARCOPOLLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9. PLACA NED0764. ANO 2009.	Serviço	1
28	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/CARGO 1317 E 4X2 TURBO. PLACA OHW6820. ANO 2011	Serviço	1
29	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.4. PLACA NCJ2461. ANO 2010	Serviço	1
30	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW2742. ANO 2013	Serviço	1
31	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FORD/FIESTA SEDAN SE 1.6 FLEX. PLACA NBW2752. ANO 2013	Serviço	1
32	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLVO/ÔNIBUS MAXBUS LINCE. PLACA NCA6393. ANO 2012	Serviço	1
33	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FIAT/SIENA HLX 1.8 PLACA NBB8521 ANO 2010	Serviço	1
34	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX PLACA NCJ0668 ANO 2009	Serviço	1

35	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX 4X4 2.5TB PLACA NCH4918 ANO 2009	Serviço	1
36	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOLKSWAGEN/MASCARELO ROMA PLACA NBQ9364 ANO 2011	Serviço	1
37	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MARCOPOLLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9 PLACA NDI9765 ANO 2014	Serviço	1
38	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ-BENZ/CAMINHÃO 914 PLACA NBE7099 ANO 1995	Serviço	1
39	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - VOSKSWAGEN/AMAROK CD 4X4 PLACA NDM8656 ANO 2014	Serviço	1
40	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX CS 4X4 PLACA NDV5175 ANO 2009	Serviço	1
41	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS SRD PLACA NED2073 ANO 2008	Serviço	1
42	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - CHEVROLET/ZAFIRA 2.0 16V FLEX PLACA NED7703 ANO 2009	Serviço	1
43	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - TOYOTA/HILUX CD 4X4 PLACA NEF2189 ANO 2009	Serviço	1
44	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - MARCOPOLLO/VOLARE V8 30L PLACA OHT4847 ANO 2014	Serviço	1
45	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0 PLACA ONH6567 ANO 2013	Serviço	1
46	Seguro anual conforme condições dispostas no Termo de Referência - CHEVROLET/BLAZER DLX 2.8 4X4 PLACA NCM ANO 2001	Serviço	1

5.3.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Instituição à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;

5.3.4. O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.

5.3.5. No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.

5.3.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral.

5.4. DO ENDOSSO

5.4.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo IFRO e processadas pela seguradora, mediante endosso.

5.4.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

5.4.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

5.4.4. Os veículos que não fazem parte desta contratação, poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

5.5. Não poderão participar da presente licitação os corretores de seguros ou intermediários, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) parte final do caput do art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) parte final do caput do art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU nº 400/1995 – Plenário e 600/2015 – Plenário.

5.6. Os participantes da presente licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois para executar a contratação requerida a licitante Contratada exercerá atividade de seguros privados, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06

5.7. Trata-se de serviço de natureza continuada.

5.8. A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

5.9. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.10. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

5.10.1. A vistoria prévia da frota é facultativa.

5.10.2. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

5.10.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos do local de execução dos serviços, conforme tabela abaixo, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00 horas.

RELAÇÃO DE VEÍCULOS REITORIA/CAMPI 2022				
UNIDADE	ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO	PLACA
REITORIA - Avenida Lauro Sodré, 6500 - Censipam - Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-260	1	TOYOTA/HILUX SW4 4X4 3.0	2012	OHO2438
	2	FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0	2010	NBB8571
	3	MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L	2013	NDN6477
	4	NISSAM/FRONTIER S 4X4	2013	NDQ7387
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE - Av. Jorge Teixeira, nº 3.146 - Setor Industrial - Porto Velho/RO - CEP: 76.821-064	5	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2012	NDN5798
	6	NISSAM/FRONTIER S 4X4	2013	NDQ7307
	7	MERCEDEZ/ATEGO 1725	2011	JJL1469
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA - Av. Calama, 4985 - Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho - RO, 76820-441	8	VOLVO/COMIL CAMPIONE R	2013	NCF7663
	9	MITSUBISHI/L200 TRITON 3.2 D	2012	NCV7348
	10	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2011	NCY8584
	11	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2011	NCY8754
	12	MARCOPOLLO/VOLARE W8 ONIBUS	2011	OHR2340
CAMPUS GUAJARÁ- MIRIM - Avenida 15 de Novembro, 4849 - Bairro Planalto, Guajará-Mirim - RO, 76850-000	13	TOYOTA/HILUX 4X4 3.0 TDI	2014	NDK8846
	14	FIAT/PUNTO ATTRACTIVE	2013	NCJ1427
	15	VOLVO/MARCOPOLLO VOLARE W6 ONIBUS	2007	NDB4242
CAMPUS ARIQUEMES - Rodovia 257, km 13, sentido Machadinho D'oeste (Antiga Escola EMARC) - Ariquemes/RO - CEP: 76.878-899	16	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2013	NBW1192
	17	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX	2009	NCJ0748
	18	TOYOTA/HILUX 4X4 2.5	2009	NCH4948
	19	TOYOTA/HILUX 4X4 2.5	2009	NCI2311
	20	ÔNIBUS COMIL VERSATILI	2010	NDF8107
	21	MERCEDEZ-BENZ/SPRINTER 515 CDI 2.2 20L	2013	OHR2156
CAMPUS JARU - Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, 874 - Setor 2 - CEP: 76.890-000 - Jaru/RO	22	TOYOTA/HILUX SR [C .Dup) 4X2 3.0 OTB-IC	2009	NDZT7568
CAMPUS JI-PARANÁ - Rua Rio Amazonas, nº 151 - Jardim dos Migrantes CEP: 76900-310	23	FORD/RANGER XL 3.0 4X4	2011	HLI4597
	24	VOLKSWAGEN/GOL 1.6MI FLEX	2009	NCJ0688
	25	MITSUBISHI/L200 GL 2.5 4X4	2008	NDQ1179
	26	MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS	2008	NEA6734
	27	MARCOPOLLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9	2009	NED0764
CAMPUS CACOAL - Rodovia BR 364, Km 228, Lote 2A - Zona Rural, Cacoal - RO, 76960-970	28	FORD/CARGO 1317 E 4X2 TURBO	2011	OHW6820
	29	TOYOTA/HILUX CD 4X4 2.4	2010	NCJ2461
	30	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2013	NBW2742
	31	FORD/FEISTA SEDAN SE 1.6 FLEX	2013	NBW2752
	32	VOLVO/ÔNIBUS MAXBUS LINCE	2012	NCA6393
CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - Av. Cel. Jorge Teixeira, 1680 - Planalto - CEP: 76932-000 - São Miguel do Guaporé/RO	33	FIAT/SIENA HLX 1.8	2010	NBB8521
CAMPUS VILHENA - Rodovia 174, km 3, Zona Urbana - Vilhena/RO - CEP: 76.980-000	34	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6 FLEX	2009	NCJ0668
	35	TOYOTA/HILUX 4X4 2.5TB	2009	NCH4918
	36	VOLKSWAGEN/MASCARELO ROMA	2011	NBQ9364
	37	MARCOPOLLO/MICRO-ÔNIBUS VOLARE W9	2014	NDI9765

CAMPUS COLORADO DO OESTE - BR 435, Km 66, Zona Rural, BR-435, s/n, Colorado do Oeste - RO, 76993-000	38	MERCEDEZ-BENZ/CAMINHÃO 914	1995	NBE7099
	39	VOLKSWAGEN/AMAROK CD 4X4	2014	NDM8656
	40	TOYOTA/HILUX CS 4X4	2009	NDV5175
	41	MERCEDEZ-BENZ/ÔNIBUS NEOBUS SRD	2008	NED2073
	42	CHEVROLET/ZAFIRA 2.0 16V FLEX	2009	NED7703
	43	TOYOTA/HILUX CD 4X4	2009	NEF2189
	44	MARCOPOLLO/VOLARE V8 30L	2014	OHT4847
	45	FIAT/UNO MILLE ECONOMY 1.0	2013	ONH6567
	46	CHEVROLET/BLAZER DLX 2.8 4X4	2001	NCM

5.10.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 72 (setenta e duas horas) horas corridas antes da data prevista para a abertura da sessão pública.

5.10.4.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.10.4.2. A vistoria deverá ser agendada com 48 horas de antecedência através dos endereços eletrônicos dadm@ifro.edu.br ou cgam@ifro.edu.br.

5.10.4.3. Permanecer nas dependências da Instituição somente pelo tempo estritamente necessário à resolução da demanda.

5.10.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.1.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.1.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.1.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.12. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.13. Designar servidor qualificado para acompanhar a execução do objeto do Contrato;

6.1.14. Manter presente, durante a execução dos serviços de manutenção um representante, para facilitar a execução dos serviços;

6.1.15. Proporcionar a Contratada condições e facilidades que estejam ao seu alcance para que esta possa executar o objeto contratual de forma satisfatória;

6.1.16. Fornecer Atestados de Capacidade Técnica, quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. Ao Contratante será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Edital e/ou especificações, devendo a empresa refazer ou substituir as partes que apresentem defeitos, sem ônus adicionais ao Contratante.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 7.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 7.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;
- 7.9. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 7.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 7.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 7.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.
- 7.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato. Para o cumprimento desta obrigação, será observado o item 18 deste Termo de Referência;
- 7.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 7.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 7.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 7.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 7.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 7.25. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais.
- 7.26. Em caso de alteração do Representante Legal, a Contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 10.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 10.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VI, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.10.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

10.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.19. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.20. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o endereço de e-mail da unidade emissora da Nota de empenho e do servidor indicado pela Administração para o acompanhamento da execução.

11.3.1. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- I - Comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- II - Relatório com o detalhamento dos serviços executados que estão cobrados no respectivo documento fiscal, devendo ser necessário identificar, no mínimo, o tipo de serviço realizado (emissão, renovação com ou sem o token), o servidor e a data de realização.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{6}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	---------------------	--

11.14. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Autoridade Competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

11.15. O Contratante não pagará multa ou juros de mora por atrasos de pagamentos, decorrentes de fornecimentos com ausência total ou parcial da documentação hábil, ou pendente de cumprimento de quaisquer obrigações decorrentes desta contratação.

11.16. O atraso no pagamento de NotaFiscal/Fatura por parte do Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

11.17. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a Contratada:

- I - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços Contratadas; ou
- II - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em virtude de não haver obrigações futuras.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo; ou
- V - cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. **Multa de:**

14.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.2.3. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

14.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.7. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. Os valores estimados para esta contratação foram elaborados mediante ampla pesquisa realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação durante a fase interna do procedimento, conforme Instrução Normativa nº 73/2020. A despesa com a contratação ora solicitada está estimada em **R\$ 204.680,44 (Duzentos e quatro mil e seiscentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos)**, sendo este o valor estimado para a contratação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Havendo dúvidas sobre o material/serviço é obrigação de a licitante entrar em contato com a Administração antes da realização do certame para saná-las, estando a licitante obrigada a fornecer o material/serviço exatamente de acordo com o solicitado, independentemente de interpretações, no caso de vencer a licitação.

16.2. Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do contrato/estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax, e-mail ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada através de protocolo, carta registrada ou telegrama ou remetidas ao e-mail institucional do servidor responsável pela Fiscalização.

16.3. Fazer ampla divulgação da licitação.



Documento assinado eletronicamente por **Lídia Verônica Peralta, Coordenador(a) de Compras e Licitações**, em 17/11/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gean Batista de Lima, Diretor(a) de Administração**, em 17/11/2022, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Edslei Rodrigues de Almeida, Reitor pro tempore**, em 17/11/2022, às 21:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1763437** e o código CRC **CDA0BB88**.